

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.964 - SP (2019/0111811-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MARISOL CABRERA ROJAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. PLEITO DE MODULAÇÃO DA FRAÇÃO APLICADA PARA O MÁXIMO LEGAL (2/3) OU METADE (1/2). ENUNCIADOS N.ºS 282 E 356 DO STF. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A exigência constitucional do prequestionamento é inafastável, sendo um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial, inclusive quando a questão for de ordem pública.

2. Para caracterização do prequestionamento, era imprescindível que os argumentos deduzidos no recurso especial, relativos à modulação da fração aplicada pela minorante, fossem debatidos pelo Tribunal *a quo* à luz da legislação federal indicada (§ 4.º do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006), o que não ocorreu na espécie.

3. *"É inadequada a pretensão de concessão de habeas corpus de ofício com intuito de superar, por via transversa, óbice(s) reconhecido(s) na admissibilidade do recurso interposto"* (AgRg no AREsp 1.108.487/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018).

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora